



MIGUEL BATALAZAR

Costa esteve ontem em Belém e saiu com as exigências do Presidente na mão.

Cavaco Silva abre caminho para nomear António Costa

As seis exigências do Presidente da República | Cavaco Silva extravasou competências? | O que dizem os acordos feitos à esquerda | Governo do PS com impacto limitado nos mercados | A cronologia de 50 dias agitados

PRIMEIRA LINHA 4 a 9 e EDITORIAL



Cavaco abre caminho para nomeação de Costa

O Presidente exigiu a António Costa a clarificação de seis questões no acordo à esquerda e este fê-lo ao final do dia. Os socialistas mostraram-se tranquilos com as condições do Presidente, dando a entender que a indigitação de Costa está a caminho.

BRUNO SIMÕES

brunosimoes@negocios.pt

Já não parece haver volta a dar: António Costa deverá ser nomeado primeiro-ministro nos próximos dias. O Presidente recebeu o líder do PS esta segunda-feira, tendo-o encarregado de "apresentar uma solução governativa estável, duradoura e credível". E pediu-lhe que apresentasse uma "clarificação formal" em relação a seis questões, que estão "omissas" nos acordos com Bloco de Esquerda, PCP e Verdes.

Os socialistas responderam por carta, em menos de oito horas, e, embora o conteúdo da missiva não tenha sido divulgado, Carlos César afirmou que "nenhuma das perguntas tem qualquer grau de dificuldade", sendo que os socialistas iriam reafirmar, desta vez por escrito, "o que foi dito" nas últimas semanas. Ouseja, Cavaco Silva não exigiu uma actualização dos acordos, mas um compromisso escrito relativo a matérias como o Orçamento do Estado para 2016, com o qual o PS já se terá comprometido.

A iniciativa de Cavaco Silva também foi recebida com moderado optimismo pelo Bloco de Esquerda, que disse registar "o recuo do Presidente quanto à sua objecção à formação de um Governo do Partido Socialista" com apoio da esquerda parlamentar. Os bloquistas dizem aguardar "os passos para uma rápida indigitação do novo primeiro-ministro". Só Os Verdes e o PCP é que destoaram, acusando Cavaco de uma "violação clara" da Constituição.

Apesar disso, a carta precisaria apenas da assinatura de António



Depois de se reunir meia hora com o Presidente, António Costa trouxe de Belém o documento em que Cavaco Silva pede a clarificação de seis questões.



Que garantias é que alguém pode dar de que o sistema financeiro vai ser estável ou instável?

PEDRO MARQUES LOPES
Comentador

Costa, noticiou o Observador. Mais um sinal de que a indigitação do socialista estará para breve.

Recorde-se que, dois dias depois das eleições, a 6 de Outubro, Cavaco Silva chamou Passos Coelho a Belém, tendo-o encarregado de "desenvolver diligências com vista a avaliar as possibilidades de constituir uma solução governativa que assegure a estabilidade política e a governabilidade". O líder do PSD voltaria a Belém no dia 19 de Outubro, sendo indigitado dias depois, a 22 de Outubro.

Por essa razão, e por ser habitual o Presidente convocar a figura que

pretende indigitar como primeiro-ministro, o candidato presidencial António Sampaio da Nóvoa disse que Cavaco fez uma "uma pré-indigitação normal e natural" de Costa.

Fica a faltar a indigitação propriamente dita, que deverá ter lugar nos próximos dias. Para esta terça-feira, a agenda de Cavaco Silva apenas contempla a reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, às 17:00.

A "última cartada" de Cavaco

Todos os politólogos com quem o Negócios falou consideram que

Cavaco Silva tem legitimidade para colocar condições a António Costa – mas com limites. "Esta é uma clarificação importante, porque os acordos que o PS fez não garantem a aprovação do Orçamento do Estado para 2016. O Presidente está a ajudar António Costa, a facilitar-lhe a vida a posteriori", considera a politóloga Marina Costa Lobo. Cavaco usa, assim, a "última cartada".

Pedro Marques Lopes considera que as seis condições colocadas pelo Presidente não são mais que "uma prova de vida". "São uma maneira de o Presidente dizer que ainda manda" e servem para Cavaco Sil-



Cavaco extravasou competências? Especialistas dividem-se

O Presidente da República tem uma latitude de acção grande, que a Constituição lhe dá. Mas pode definir o que há-de ser o programa do futuro Governo? Há quem diga que não, há quem diga que não é isso que está em causa.



Esta pré-indigitação do doutor António Costa, nas actuais circunstâncias (...) parece-me uma pré-indigitação normal e natural. Estas exigências parecem um pouco excessivas e, nalguns casos, até desproporcionadas.



ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA
Candidato presidencial

Parece-me um núcleo mínimo de exigências. E não é provocatório, no sentido de exigir a revisão dos acordos (...) Costa consegue tranquilamente responder.



LUÍS MARQUES MENDES
Conselheiro de Estado



va "reafirmar que existem dúvidas quanto aos acordos" que o PS firmou com os parceiros à esquerda. O comentador considera ainda que Cavaco coloca exige uma clarificação "perfeitamente disparatada" quando aborda a "estabilidade do sistema financeiro". "Que garantias é que alguém pode dar de que o sistema financeiro vai ser estável ou instável?", questiona.

O politólogo José Leite Viagas defende que Cavaco Silva tem "a competência de estabelecer as grandes linhas de governação, nomeadamente os compromissos com a Europa e com a estabilidade política".

Para o comentador Marques Mendes, membro do Conselho de Estado de Cavaco Silva, as seis condições apresentadas são o "mínimo dos mínimos" que podia ter sido exigido pelo Presidente. "Costa consegue tranquilamente responder" às dúvidas, antecipou ao Negócios.

Marcelo estranha uma das exigências

Também o candidato presidencial Marcelo Rebelo de Sousa considera que a referência ao sistema financeiro não faz sentido. "Parece-me bem a garantia da aprovação do primeiro orçamento, parece-me estranha a exigência relativa ao sistema financeiro, falando da situação e do equilíbrio do sistema financeiro. Deixa dúvidas sobre se o sistema financeiro está neste momento em crise, que não está", notou, citado pela Lusa.

Maria de Belém, igualmente candidata presidencial, mostrou-se pouco compreensiva. "O Presidente da República está a adiar o inadiável. O país precisa urgentemente de um Governo", criticou. ■

A Constituição da República (CRP) estipula que cabe ao Presidente da República (PR) nomear o primeiro-ministro, ouvidos os partidos e na sequência dos resultados das eleições. Perante esta formulação, Cavaco Silva podia ou não fazer a António Costa as exigências que ontem fez? Entre os constitucionalistas, não há uma resposta única.

"O PR não tem competências para avaliar ou impor condições a um programa político a ser seguido pelo Governo que venha a ser nomeado", afirma Alexandre Sousa Pinheiro, constitucionalista e professor universitário. Há uma norma na CRP, prossegue o especialista, que prevê que "o PR só pode demitir o Governo quando tal se torne necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas".

Pode colocar-se a questão de Cavaco "estar a interpretar esta norma como sendo causa para não dar posse a este Governo", mas "não creio que, neste caso, o pudesse fazer". Aliás, não nomeando um primeiro-ministro, "no limite" seria o próprio PR quem estaria "a pôr em causa o regular funcionamento das instituições", considerava.

Guilherme da Fonseca, juiz julgado do Tribunal Constitucional, também não tem dúvidas: "No quadro dos limites dos poderes do PR, não é admissível uma posição destas. O Governo responde pelo seu programa no Parlamento e o PR não deve intervir".

Cavaco foi longe demais na sua interpretação do que diz a CRP e do que

devem ser os poderes do PR ao decidir "encarregar" Costa de "desenvolver esforços tendo em vista apresentar uma solução governativa estável, duradoura e credível" e, ao mesmo tempo, pedir-lhe a "clarificação formal" de seis questões? Rodrigo Esteves de Oliveira, advogado e constitucionalista, considera que não. "Estamos no plano político e não no plano jurídico", lembra, pelo que "não há aqui qualquer inconstitucionalidade, tal como também não haveria se o Presidente tivesse indigitado António Costa".

"Tudo depende da interpretação que o PR fizer dos seus poderes e de decidir ser mais ou menos interventivo", resume Tiago Duarte. E o advogado e professor universitário, lembra que "este tipo de interpretação nem sequer original". Jorge Sampaio também o faz quando indigitou Santana Lopes como primeiro-ministro e "foi ainda mais longe no caderno de encargos que lhe impôs". Aliás, acrescenta Tiago Duarte, ao falar em "Governo estável, duradouro e credível, o PR usa as mesmas palavras a que Jorge Sampaio também recorreu". E isso, conclui, não será "uma coincidência".



O Presidente da República não tem competências para avaliar ou impor condições a um programa político a ser seguido pelo Governo.

ALEXANDRE SOUSA PINHEIRO
Constitucionalista

Miguel Baltazar



Cavaco Silva encarregou António Costa de encontrar uma solução governativa.

"Quem é que guarda o guarda?"

Os actos políticos, como é este, de nomeação de um primeiro-ministro, não são fiscalizáveis pelo Tribunal Constitucional e, como tal, que "guarda ou guarda"? Ou seja, admitindo que Cavaco - que ao tomar posse jurou defender a CRP - pudesse ter ido longe de mais, que consequências poderia haver? "Há situações em que há limites para guardar o guarda", admite Alexandre Sousa Pinheiro. Por outras palavras, prossegue, "exige-se um compromisso por parte da pessoa que vai cumprir a CRP - neste caso o PR - e, a partir de uma certa altura, é o sistema a funcionar", conclui. ■

FILOMENA LANÇA



Cavaco extravasou competências? Especialistas dividem-se

O Presidente da República tem uma latitude de acção grande, que a Constituição lhe dá. Mas pode definir o que há-de ser o programa do futuro Governo? Há quem diga que não, há quem diga que não é isso que está em causa.



Esta pré-indigitação do doutor António Costa, nas actuais circunstâncias (...) parece-me uma pré-indigitação normal e natural. Estas exigências parecem um pouco excessivas e, nalguns casos, até desproporcionadas.



ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA
Candidato presidencial

Parece-me um núcleo mínimo de exigências. E não é provocatório, no sentido de exigir a revisão dos acordos (...) Costa consegue tranquilamente responder.



LUÍS MARQUES MENDES
Conselheiro de Estado



va "reafirmar que existem dúvidas quanto aos acordos" que o PS firmou com os parceiros à esquerda. O comentador considera ainda que Cavaco coloca exige uma clarificação "perfeitamente disparatada" quando aborda a "estabilidade do sistema financeiro". "Que garantias é que alguém pode dar de que o sistema financeiro vai ser estável ou instável?", questiona.

O politólogo José Leite Viagas defende que Cavaco Silva tem "a competência de estabelecer as grandes linhas de governação, nomeadamente os compromissos com a Europa e com a estabilidade política".

Para o comentador Marques Mendes, membro do Conselho de Estado de Cavaco Silva, as seis condições apresentadas são o "mínimo dos mínimos" que podia ter sido exigido pelo Presidente. "Costa consegue tranquilamente responder" às dúvidas, antecipou ao Negócios.

Marcelo estranha uma das exigências

Também o candidato presidencial Marcelo Rebelo de Sousa considera que a referência ao sistema financeiro não faz sentido. "Parece-me bem a garantia da aprovação do primeiro orçamento, parece-me estranha a exigência relativa ao sistema financeiro, falando da situação e do equilíbrio do sistema financeiro. Deixa dúvidas sobre se o sistema financeiro está neste momento em crise, que não está", notou, citado pela Lusa.

Maria de Belém, igualmente candidata presidencial, mostrou-se pouco compreensiva. "O Presidente da República está a adiar o inadiável. O país precisa urgentemente de um Governo", criticou. ■

A Constituição da República (CRP) estipula que cabe ao Presidente da República (PR) nomear o primeiro-ministro, ouvidos os partidos e na sequência dos resultados das eleições. Perante esta formulação, Cavaco Silva podia ou não fazer a António Costa as exigências que ontem fez? Entre os constitucionalistas, não há uma resposta única.

"O PR não tem competências para avaliar ou impor condições a um programa político a ser seguido pelo Governo que venha a ser nomeado", afirma Alexandre Sousa Pinheiro, constitucionalista e professor universitário. Há uma norma na CRP, prossegue o especialista, que prevê que "o PR só pode demitir o Governo quando tal se torne necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas".

Pode colocar-se a questão de Cavaco "estar a interpretar esta norma como sendo causa para não dar posse a este Governo", mas "não creio que, neste caso, o pudesse fazer". Aliás, não nomeando um primeiro-ministro, "no limite" seria o próprio PR quem estaria "a pôr em causa o regular funcionamento das instituições", considerava.

Guilherme da Fonseca, juiz julgado do Tribunal Constitucional, também não tem dúvidas: "No quadro dos limites dos poderes do PR, não é admissível uma posição destas. O Governo responde pelo seu programa no Parlamento e o PR não deve intervir".

Cavaco foi longe demais na sua interpretação do que diz a CRP e do que

devem ser os poderes do PR ao decidir "encarregar" Costa de "desenvolver esforços tendo em vista apresentar uma solução governativa estável, duradoura e credível" e, ao mesmo tempo, pedir-lhe a "clarificação formal" de seis questões? Rodrigo Esteves de Oliveira, advogado e constitucionalista, considera que não. "Estamos no plano político e não no plano jurídico", lembra, pelo que "não há aqui qualquer inconstitucionalidade, tal como também não haveria se o Presidente tivesse indigitado António Costa".

"Tudo depende da interpretação que o PR fizer dos seus poderes e de decidir ser mais ou menos interventivo", resume Tiago Duarte. E o advogado e professor universitário, lembra que "este tipo de interpretação nem sequer original". Jorge Sampaio também o faz quando indigitou Santana Lopes como primeiro-ministro e "foi ainda mais longe no caderno de encargos que lhe impôs". Aliás, acrescenta Tiago Duarte, ao falar em "Governo estável, duradouro e credível, o PR usa as mesmas palavras a que Jorge Sampaio também recorreu". E isso, conclui, não será "uma coincidência".



O Presidente da República não tem competências para avaliar ou impor condições a um programa político a ser seguido pelo Governo.

ALEXANDRE SOUSA PINHEIRO
Constitucionalista

Miguel Baltazar



Cavaco Silva encarregou António Costa de encontrar uma solução governativa.

"Quem é que guarda o guarda?"

Os actos políticos, como é este, de nomeação de um primeiro-ministro, não são fiscalizáveis pelo Tribunal Constitucional e, como tal, que "guarda ou guarda"? Ou seja, admitindo que Cavaco - que ao tomar posse jurou defender a CRP - pudesse ter ido longe de mais, que consequências poderia haver? "Há situações em que há limites para guardar o guarda", admite Alexandre Sousa Pinheiro. Por outras palavras, prossegue, "exige-se um compromisso por parte da pessoa que vai cumprir a CRP - neste caso o PR - e, a partir de uma certa altura, é o sistema a funcionar", conclui. ■

FILOMENA LANÇA



O que já é conhecido sobre as exigências do Presidente

As seis exigências de Cavaco Silva podem ser divididas em três grupos: temas que podem motivar divergências entre o PS e as forças à sua esquerda, maior solidez formal desses acordos, preocupações das personalidades escutadas pelo Presidente.

1.

Aprovação de moções de confiança no Parlamento

É a primeira exigência do Presidente da República. Os três partidos – BE, PCP e PEV – devem comprometer-se com a aprovação de qualquer moção de confiança apresentada na Assembleia da República. Para a aprovação de uma moção de confiança – que só pode ser apresentada pelo Governo – basta uma maioria simples.

O que dizem os acordos à esquerda e o programa do PS

Curiosamente, este não foi um tema que provocasse debate depois de conhecidos os acordos assinados

com as forças à esquerda do PS. As atenções centraram-se essencialmente nas moções de censura. Em relação a estas últimas, ficou claro que a esquerda se comprometia a não aprovar moções de censura vindas da direita (PSD ou CDS), mas não havia qualquer garantia de que não apresentaria, ela própria, moções de censura caso o Governo já não tivesse o seu apoio. António Costa reconheceu que, nesse momento, o Governo cairia. O único compromisso que existe nos textos dos acordos é que essas iniciativas sejam discutidas antes em reuniões bilaterais. Recorde-se que uma moção de censura tem de ser aprovada por maioria absoluta. ■



No dia em que sentirem a necessidade de apresentar moções de censura, o casamento acabou.

ANTÓNIO COSTA
Secretário-geral do PS (sobre BE, PCP e PEV)

2.

Orçamentos do Estado, em particular o OE 2016

Cavaco Silva quer ter a certeza que se indigitar António Costa, o PS será capaz de governar, pelo menos no primeiro ano. Para isso, é necessário que haja condições para aprovar o Orçamento do Estado.

O que dizem os acordos à esquerda e o programa do PS

Os acordos do PS com os três partidos à sua esquerda não apresentam qualquer tipo de garantia sobre a aprovação de orçamentos. Nem sequer o OE 2016, que já está praticamente desenhado, com bastante medidas concre-

tas definidas durante as reuniões das últimas semanas. Os partidos envolvidos têm-se defendido, argumentando que não é razoável comprometer-se já com a aprovação de documentos que ainda não existem. “Não nos podemos comprometer com o que não conhecemos”, afirmou recentemente Jerónimo de Sousa, em entrevista à Antena 1. “Não posso dizer que voto contra ou a favor quando não sabemos o que é que vai estar no Orçamento – nem o próprio PS” saberá. Mais problemáticos poderão ser os orçamentos dos anos seguintes, em que o potencial para imprevistos ou surpresas desagradáveis é maior. ■



Não nos podemos comprometer com o que não conhecemos.

JERÓNIMO DE SOUSA
Secretário-geral do PCP

3.

Cumprimento das regras de disciplina orçamental

Foi um dos temas em relação ao qual mais se especulou sobre a possibilidade de o Presidente pedir mais garantias. O PSD e o CDS têm levantado dúvidas sobre a capacidade do PS controlar as contas públicas, perante algumas das cedências ao PCP e ao Bloco. No entanto, importa lembrar que algumas das cedências à esquerda até ajudam o controlo do défice (a desistência da TSU, por exemplo).

O que dizem os acordos à esquerda e o programa do PS

Ainda assim, é verdade que o respeito pelas regras orçamentais e a permanência de Portugal na Zona Euro estão ausentes dos acordos políticos entre o PS e a esquerda. Os socialistas têm referido que o facto de os outros três partidos darem o seu apoio a um Governo que se compromete com estes objetivos é prova mais do que

suficiente da estabilidade do acordo e António Costa tem também sublinhado por várias vezes que o PS respeitará os seus compromissos orçamentais a nível europeu. “Acho que a decisão do BE e do PCP de não colocarem como matéria de discussão para a formação do Governo os temas do Pacto Orçamental ou da dívida são um bom sinal”, afirmou à Reuters. “Aquilo que eu gostaria de transmitir a todos é que Portugal manterá a estabilidade dos seus compromissos europeus.” Além disso, o PS é bastante claro no seu programa de Governo em relação ao respeito que promete ter dessas regras. “O Programa de Governo [...] assenta numa estratégia que assegura que, no respeito de todos os compromissos europeus e internacionais de Portugal e na defesa firme dos interesses nacionais e da economia portuguesa na União Europeia, permita virar a página das políticas de austeridade”, pode ler-se no programa. ■



NUNO AGUIAR
naguiar@negocios.pt

O Presidente da República fez seis exigências a António Costa, pedindo-lhe que clarificasse cada um destes pontos em relação ao programa de Governo do

Partido Socialista e aos acordos assinados com os partidos à esquerda do PS. Essas dúvidas podem ser divididas em três grupos. Veja em baixo o que já sabe em relação a cada um dos temas destacados por Cavaco Silva.

Algumas das exigências do Presidente da República já tinham sido discutidas nos últimos dias e quase todas têm em comum o facto de exporem possíveis pontos de discordância entre o Partido Socialista e as forças à sua esquerda. São exemplo disso o

cumprimento das regras orçamentais europeias e a permanência de Portugal na NATO. São duas situações em que Bloco de Esquerda, Partido Comunista e Verdes aceitaram não impor as suas bandeiras e viabilizar um Governo que não partilha os mesmos pontos de vista. São matérias omissas nos acordos à esquerda, mas referidas explicitamente no programa de Governo PS.

Um outro tipo diferente de exigências está relacionado com a soli-

dez dos acordos. O Presidente da República quer que fique claro o apoio dos partidos à esquerda a uma futura moção de confiança e aos orçamentos do Estado, principalmente o de 2016, que terá de ser apresentado em poucas semanas.

Por último, o pedido 5 e 6 parecem reflectir os receios expressos pelas personalidades ouvidas por Cavaco Silva, desde os economistas até aos patrões, banqueiros e governador do Banco de Portugal. ■



O Presidente solicitou a clarificação de questões que suscitam dúvidas quanto à estabilidade e à durabilidade de um governo do PS.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

4.

Respeito pelos compromissos de defesa colectiva

Também aqui, o objectivo do Presidente da República parece ser perceber se as divergências de opinião entre o PS e as forças à esquerda terão impacto nas decisões do Governo.

O que dizem os acordos à esquerda e o programa do PS

É conhecida a posição do PCP de defesa da saída de Portugal da NATO (OTAN, na sigla em português) e os acordos não têm uma linha sobre esse tema ou sobre defesa nacional. Contudo, tal como no ponto anterior, a esquerda defende-se, argumentando

que o simples apoio dado a um Governo PS implica que os partidos da esquerda podem manter as suas bandeiras, mas não vêm nesse tema motivo para não viabilizar um Governo PS. Além disso, também aqui, o programa de Governo socialista é claro: "Portugal deve privilegiar nas suas relações externas a participação em organizações e fóruns bilaterais e multilaterais desses espaços prioritários de actuação: União Europeia, CPLP, os fóruns de diálogo ibérico e ibero-americanos e a OTAN." Esta área de governação pode ser testada em breve, com uma possível intervenção militar na Síria, em que PS parece ter uma posição diferente de BE e PCP. ■



Portugal deve privilegiar nas suas relações externas [...]: UE, CPLP, os fóruns de diálogo ibérico e ibero-americanos e a OTAN.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PS

5.

Papel do Conselho Permanente de Concertação Social

Os últimos dois pontos parecem pretender dar uma resposta concreta às personalidades e organizações ouvidas pelo Presidente da República durante os últimos dias. Neste caso, o receio dos líderes das confederações patronais de que a concertação social seja esvaziada.

O que dizem os acordos à esquerda e o programa do PS

No programa de Governo do PS é referida a necessidade de "reforço da concertação social" e está também escrito: "urge pois construir uma

agenda [...] que permita retomar o dinamismo do diálogo social a todos os níveis, da concertação social à negociação colectiva [...]" Embora tenham sido os patrões a queixar-se dessa possibilidade de esvaziamento da concertação, ao longo da última legislatura foram as forças à esquerda que mais se queixaram da desvalorização desse espaço pelo Governo de Pedro Passos Coelho. Alguns sinais estão a preocupar os representantes das empresas. Um deles é o ritmo de aumento do salário mínimo que, embora haja o compromisso de ser levado a concertação social, parece estar já negociado entre os partidos à esquerda. ■



Urge pois construir uma agenda [...] que permita retomar o dinamismo do diálogo social a todos os níveis.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PS

6.

Estabilidade do sistema financeiro português

O Presidente pretende ainda um compromisso em torno da estabilidade do sistema financeiro. A inclusão deste ponto surge depois de Cavaco Silva se ter reunido com os banqueiros e com o governador do Banco de Portugal.

O que dizem os acordos à esquerda e o programa do PS

O programa de Governo do Partido Socialista refere-se aos bancos essencialmente no que diz respeito à supervisão e regulação do sistema financeiro, prometendo uma "fiscalização mais apertada das instituições de crédito

". Não se fala em concreto da estabilidade do sistema financeiro, embora seja algo que qualquer Executivo deseje. Também não é claro como é que isso se poderia reflectir no texto dos acordos entre o PS e os partidos à esquerda ou no programa de Governo socialista. Os bancos portugueses continuam numa situação frágil e, em concreto, deverão estar na cabeça do Presidente casos de difícil resolução, como são o Novo Banco e o Banif. Em relação ao Novo Banco, por exemplo, antecipa-se para breve um braço-de-ferro com os outros bancos, que já disseram que se opõem à possibilidade de terem de capitalizar a instituição. ■



Parece-me estranha a exigência relativa ao sistema financeiro.

MARCELO REBELO DE SOUSA
Candidato à Presidência da República



A cronologia de 50 dias agitados



04.10.2015 ELEIÇÕES DÃO VITÓRIA À COLIGAÇÃO

Tudo começou neste dia. Os portugueses foram a votos. Deram vitória à coligação Portugal à Frente, que reuniu PSD e CDS, mas não lhe conferiu maioria. Mas se a esquerda - PS, Bloco e PCP - estivesse unida teria conquistado a maioria dos deputados. O PS nem por isso roubou muitos votos à direita.

06.10.2015 COMISSÃO POLÍTICA DO PS DIZ A COSTA PARA NEGOCIAR

O PS reúne a Comissão Política Nacional. E já de madrugada Costa declara que, por ampla maioria, recebeu mandato para iniciar conversações com todas as forças com representação parlamentar, tendo em vista a formação de um novo Governo. O Conselho Nacional do PSD aprovou por unanimidade o acordo com o CDS que também nesse dia aprova o acordo. Mas antes, o momento do dia: Cavaco Silva faz uma declaração ao país, onde insta a coligação a negociar uma maioria. "Este é o tempo do compromisso. Portugal necessita de um Governo com solidez e estabilidade", declarou o Presidente. Isto depois de ter tido uma reunião com Pedro Passos Coelho. No mesmo dia, e no res-

89

DEPUTADOS

Nas eleições, a coligação PàF foi a força política mais votada. Elegeu 89 deputados.

caldo das eleições, Bloco de Esquerda e PCP anunciam a intenção de avançarem com uma moção de rejeição a um Governo PSD/CDS.

07.10.2015 PCP: "PS SÓ NÃO GOVERNA SE NÃO QUISER"

PS e PCP reúnem-se. No final da reunião foi o PCP que declarou: "O PS só não governa se não quiser." Já António Costa continuará com o diálogo à esquerda para dar "expressão institucional àquilo que foi a vontade popular". Neste dia de manhã, PSD e CDS assinavam o acordo de Governo. Paulo Portas lembrou os anos da troika. "Há feridas por sarar", declarou, acrescentando: "Poder-se-á dizer que a coligação merecia ganhar pelo que fez no país, esperar mais talvez fosse demais." Passos Coelho acabou por anunciar, na ocasião, que tinha endereçado convite a António Costa para se reunirem.



09.10.2015 PRIMEIRA REUNIÃO ENTRE O PS E A COLIGAÇÃO

Foi a primeira reunião entre PS e coligação. E a conclusão? Foi "inconclusiva, já que a PàF não apresentou qualquer proposta de matéria para discussão", na óptica de António Costa. O presidente do PSD garantiu aos jornalistas que António Costa não fez exigências quanto às propostas da coligação. Excepto na que é relativa à Segurança Social, onde terá, declarou Passos Coelho, deixado cair a redução da taxa social única (TSU) para os portugueses. "A única matéria em que o doutor António Costa foi explícito", afirmou Passos Coelho, foi "ao dizer que não aceitava uma medida de plafonamento na Segurança Social".



12.10.2015 SOCIALISTAS REÚNEM-SE COM BLOCO DE ESQUERDA

Primeiro encontro entre o PS e o Bloco de Esquerda. António Costa começou por dizer que se tratou de uma "reunião muito interessante" e que "há margem para aproximar posições e reduzir divergências". Catarina Martins foi mais taxativa: "No que nos diz respeito, o Governo de Passos Coelho e Paulo Portas acabou hoje, tanto porque não terá apoio no Parlamento mas também porque há uma outra solução de governo."

13.10.2015 NOVA REUNIÃO ENTRE O PS E A COLIGAÇÃO

Após a reunião, a segunda, o resultado é nenhum. Passos Coelho e António Costa repartem queixas. Passos declarou: "Não avançámos rigorosamente nada." Costa mostrou-se desiludido com a proposta de entendimento apresentada pela coligação, argumentando que não representa um "esforço suficiente".

14.10.2015 RESULTADOS DAS ELEIÇÕES SÃO CONHECIDOS

São conhecidos os resultados finais das legislativas de 4 de Outubro. PSD fica

Derrotado a 4 de Outubro, o PS começou a negociar uma aliança à esquerda três dias depois.

com 89 deputados, PS com 86, Bloco de Esquerda com 19, CDS-PP com 18, PCP/PEV com 17 e PAN com 1 deputado.

22.10.2015 CAVACO SILVA INDIGITA PASSOS

"Tendo ouvido os partidos representados na Assembleia da República indigitei hoje Pedro Passos Coelho líder do maior partido da coligação que venceu as eleições no dia 4 de Outubro." Foi deste modo que o Presidente da República anunciou que voltaria a dar posse ao líder do PSD como primeiro-ministro, num discurso em que utilizou palavras duras para com os partidos à esquerda do PS: "Em 40 anos de democracia nunca os governos de Portugal defenderam a revogação do Tratado de Lisboa, do Tratado Orçamental, da união bancária, do pacote de estabilidade e crescimento, assim como o desmantelamento da união económica e monetária, a saída de Portugal do euro, além da dissolução da NATO, organização de que Portugal é membro fundador."



30.10.2015 PASSOS COELHO TOMA POSSE

Pouco passava do meio-dia quando o Presidente da República deu posse a Pedro Passos Coelho para o segundo mandato como primeiro-ministro de Portugal. Paulo Portas foi reconduzido no cargo de vice-primeiro-ministro.

07.11.2015 COSTA COM LUZ VERDE PARA ACORDO À ESQUERDA

O PS marcou para este sábado uma reu-

nião da Comissão Nacional do partido. O encontro deste órgão teve lugar no hotel Altis, em Lisboa, e António Costa recolheu um apoio amplamente maioritário para assinar os acordos estabelecidos com os restantes partidos à esquerda.

10.11.2015 VOTAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

Foi dia de votação do programa do Governo e a moção de rejeição apresentada pelo PS seria votada favoravelmente por toda a oposição. Com 123 votos a favor do PS, Bloco de Esquerda, PCP, Os Verdes e PAN; e 107 votos contra, do PSD e do CDS-PP; o Governo cairia. Antes, seriam assinados os acordos políticos entre o PS e os três partidos à sua esquerda (BE, PCP e PEV).



12/13.11.2015 CAVACO SILVA OUIVE PATRÕES E SINDICATOS

No dia 12, Cavaco Silva ouviu os patrões preocupados com o potencial "esvaziamento da concertação social". Foi isso que António Saraiva, da CIP, transmitiu, receando que uma maioria parlamentar de esquerda pode aprovar medidas como o aumento do salário mínimo em sede parlamentar, sem discussão na concertação social. João Machado, da CAP, defendeu novas eleições: "Não acreditamos que haja estabilidade nesta frente de esquerda para ter uma maioria que governe por quatro anos." No dia seguinte, a CGTP e a UGT falaram a uma só voz nas reuniões que tiveram com Cavaco Silva. O secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, pediu a Cavaco Silva que, tão rápido quanto possível, indigitesse António Costa como primeiro-ministro. Linha idêntica à defendida por Carlos Silva, líder da UGT, que diz ser "important-



Após as eleições de 4 de Outubro, poucos previram que António Costa pudesse transformar uma derrota numa hipótese de formar Governo. As posições do PCP e do BE abriram-lhe esse caminho.

te indigitar o doutor António Costa" para que este forme "o próximo Governo" e, assim, o país possa responder aos seus "compromissos".



18/19.11.2015 CAVACO COM BANQUEIROS E ECONOMISTAS

Dos sete banqueiros que foram até Belém para se reunir com Cavaco Silva, só um, Fernando Ulrich, do BPI, admitiu apoiar a nomeação de António Costa. "Confio no Dr. António Costa e no PS e [confio] que terão o sentido de responsabilidade necessário para manter o país num caminho de rigor", declarou. Os restantes foram menos directos, embora Nuno Amado, do BCP, tenha deixado as portas igualmente abertas aos socialistas, sublinhando estar "bem confiante" que o novo Governo terá atenção à confiança e investimento. No dia seguinte, Cavaco Silva chamou sete economistas a Belém, que se mostraram muito cépticos quanto às propostas do PS. Foram eles Vítor Bento, Daniel Bessa, João Salgueiro, Luís Campos e Cunha, Teixeira dos Santos, Bagão Félix e Augusto Mateus.



20.11.2015 PRESIDENTE VOLTA A OUVIR PARTIDOS

Os sete partidos com assento parlamentar foram os últimos a ser ouvidos por

Cavaco Silva. E a grande maioria defendeu a indigitação de António Costa, para que este forme depois um Governo apoiado pelos partidos à sua esquerda. O líder do PS garantiu, de resto, que tem essa alternativa, que garante "estabilidade e governabilidade".



23.11.2015 CAVACO SILVA CHAMA ANTÓNIO COSTA

O Presidente da República chamou António Costa para uma audiência em Belém, tendo exigido ao líder do PS que clarifique seis questões que considera estarem "omissas" nos documentos dos acordos com o Bloco de Esquerda, PCP e Verdes, que classifica de "distintos e assimétricos". Para Cavaco Silva, tais omissões levantam "dúvidas quanto à estabilidade e à durabilidade de um Governo" do PS. O Presidente encarregou "o secretário-geral do Partido Socialista de desenvolver esforços tendo em vista apresentar uma solução governativa estável, duradoura e credível". Quando se pensava que o Presidente da República iria indigitar António Costa primeiro-ministro, o Presidente da República optou por pedir mais garantias ao líder do PS, pelo que se mantém o impasse político.

123 VOTOS

Com 123 votos a favor, foi aprovada a moção de rejeição contra o Governo da coligação.

Governo de esquerda já está descontado pelos investidores

Os especialistas acreditam que a indigitação de António Costa como primeiro-ministro terá um impacto limitado nos mercados, desde que o novo Executivo mantenha o "bom senso". E o acesso aos mercados de dívida deverá manter-se aberto a custos acessíveis.

A formação de um Governo de esquerda é, neste momento, quase certa. Uma possibilidade que, na opinião dos especialistas, já está descontada nos mercados e deverá ter um impacto "limitado". Ainda assim, os investidores deverão manter uma visão cautelosa para a situação política nacional, até que exista maior visibilidade sobre o programa do novo Governo.

Depois de terem estado a aliviar na semana passada, os juros do país voltaram a agravar o prémio de risco face à Alemanha. A "yield" da dívida a 10 anos subiu

para 2,546%, aumentando o "spread" face às "bunds" alemãs para mais de 201 pontos. Já a bolsa nacional seguiu as quedas na Europa - deslizou 0,19% -, com os investidores a aguardar a decisão de Cavaco Silva.

"Indigitar António Costa figurava como a alternativa mais provável após a queda do governo", lembra a equipa de "research" do BiG. Para os especialistas, "os efeitos de um Governo de esquerda encontram-se em grande parte descontados, não sendo expectável uma reacção expressiva caso a

nomeação ocorra". Desde as eleições de Outubro, a bolsa lisboeta cai cerca de 2%, um comportamento que contrasta com uma subida de 6% do europeu Stoxx 600. Já o prémio de risco sobe cerca de 27 pontos.

Ciaran O'Hagan realça que, "desde que o bom senso prevaleça, Portugal vai ser capaz de manter acesso aos mercados, com baixos custos de financiamento". O diretor de estratégia de dívida do Société Générale acrescenta ainda que o facto de o BCE estar activo com o seu programa de compra de dívida vai contribuir para manter os juros do país baixos.

O BCE "irá comprar tempo aos responsáveis políticos portugueses", destaca Pedro Lino. "O diferencial de taxas de juro em relação a Espanha ou à Irlanda irá ser o indicador de risco seguido pelos investidores", acrescenta o administrador da Dif Broker.

Mas, para manter custos de financiamento acessíveis, é preciso garantir que o processo de ajustamento prossiga. O BiG defende que, "caso as medidas implementadas pelo Governo de esquerda não coloquem em 'risco' o acesso de Portugal a este programa, acreditamos que a tradução do risco político na evolução das 'yields' nacionais estará sempre, em grande parte, limitado".

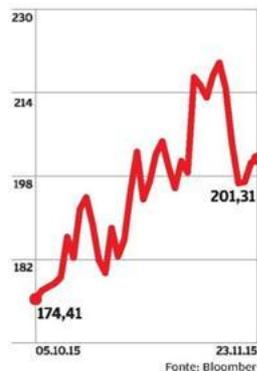
Pedro Lino argumenta, porém, que um Governo de esquerda é "percebido como de maior risco, já que a fractura na sociedade portuguesa não está ainda a sersarada". E, como tal, "a incerteza no cenário político irá continuar a sobrepor-se", contando "com continuas intervenções do BCE", remata. ■

PATRICIA ABREU

PRÉMIO DE RISCO SOBE COM ELEIÇÕES

"Spread" da dívida portuguesa face à alemã

Os juros portugueses foram agravados pelos resultados das eleições legislativas de 4 de Outubro. A ausência de uma maioria absoluta e a possibilidade de um Governo à esquerda aumentou o nervosismo dos investidores, levando o prémio de risco do país a negociar acima de 200 pontos base. Os juros encerraram a negociação acima de 2,5% na última sessão.



BOLSA PORTUGUESA CONTRARIA EUROPA

Gráfico em base 100 dos dois índices

A bolsa de Lisboa tem sido penalizada pelo clima de instabilidade política no país. O PSI-20 cai 1,85% desde as eleições de Outubro, com os bancos e as empresas do sector da energia a destacarem-se com as quedas mais expressivas. Já na Europa, o Stoxx 600 soma mais de 6%, perante as indicações de mais estímulos por parte do .

